



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA POLÍTICA AVALIATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC): que participação em qual avaliação?

Pablo Rodrigo da Silva¹

Resumo

Este trabalho discute a implantação da política pública de avaliação da educação superior em uma universidade pública federal e suas implicações na construção das representações sociais em torno da participação estudantil nesse processo. Analisando algumas concepções de avaliação e representação social, este texto, fruto de uma pesquisa acadêmica em fase inicial, levanta alguns questionamentos sobre a implantação do SINAES na Universidade Federal do Ceará a partir da análise de certos dados do Exame Nacional do Desempenho de Estudante e de documentos da própria instituição, inferindo parcialmente que a participação estudantil pode estar ocorrendo numa perspectiva negadora do processo avaliativo.

Palavras-chave: políticas públicas; educação; avaliação; participação.

Abstract

This paper discusses the implementation of the public policy of evaluation of higher education in a Public University and its implications in the construction of social representations around students' participation in this process. Analyzing some conceptions of assessment and social representation, this text, the result of an early-stage academic research, raises some questions about deploying SINAES at the Federal University of Ceará from the analysis of some data from the National Survey of Student Performance and documents of the institution, partially inferring that students' participation may be occurring by a negating perspective of the evaluation process.

Keywords: public policy; education; evaluation; participation.

¹ Estudante Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará. E-mail: pablohistor@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa a levantar alguns questionamentos sobre a implantação das políticas públicas de avaliação do ensino superior numa universidade pública federal tendo como foco a construção de representações sociais acerca da participação estudantil nos processos avaliativos desta IES no período de 2004 a 2010. Fruto de uma pesquisa em estado seminal, este texto traz algumas reflexões acerca de concepções de políticas públicas de avaliação da educação superior e apresenta alguns elementos de análise sobre a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na Universidade Federal do Ceará.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.1 Concepções de políticas de avaliação da educação superior no Brasil

Segundo Grego (1997), os anos finais do século XX teriam representado uma reconfiguração da relação entre as universidades brasileiras e a sociedade, tendo como intermediário o governo, que se teria constituído como árbitro. Nessa relação, as universidades conheceram um processo em que foram instadas a prestar contas de suas atividades, ao mesmo tempo em que eram julgadas como perdulárias e ineficientes, base do discurso legitimador das restrições financeiras impostas ao ensino superior público.

Nos anos 80, as propostas governamentais de avaliação de políticas públicas passaram por várias vicissitudes, estando fortemente influenciadas pela conjuntura de intensas mobilizações dos movimentos docente, estudantil e de técnicos-administrativos na disputa com o governo por projetos de universidade. Em meio a tais embates, advêm as seguintes propostas: Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), envolvendo as comunidades acadêmicas em sua elaboração; Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, então mais conhecida como Comissão de Notáveis, já restrita à participação de membros da comunidade escolhidos pelo Ministério da Educação (MEC); Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES),



constituído apenas por quadros do MEC. Embora não tenham efetivado ações avaliativas junto às instituições, tais propostas embasaram as discussões sobre as políticas de avaliação realmente implementadas nas décadas de 90 e 2000 e materializadas no PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), o ENC (Exame Nacional de Cursos) e o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), este atualmente em vigor (BARREYRO; ROTHEN, 2006, 2008a, 2008b; LIMA, 2005; POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

Subjacente ao processo de institucionalização da avaliação da educação superior, estabelece-se a disputa em torno de um conceito hegemônico de qualidade, que Abreu Júnior (2009) categorizou em duas tendências, uma ligada aos referenciais do mundo da produção, qualificada por Sguissardi (1997) de *Filosofia da Qualidade Total*, e outra, que, intimamente relacionada à missão e aos valores da instituição, se constitui numa perspectiva multidimensional. Abreu Júnior (2009) comenta que, como um pêndulo, os sistemas de avaliação da educação superior teriam passado de uma perspectiva de avaliação de viés mais qualitativo, passando pela excessiva valorização da mensuração quantificadora, e poderia ter encontrado um equilíbrio na proposta de implantação do SINAES.

2.2 Alguns conceitos para discutir avaliação e representações sociais

Segundo Dias Sobrinho (1997), avaliar pressupõe compreender uma materialidade a partir de escolhas nada isentas. Por conseguinte, avaliar uma instituição é compreender-lhe os fins, os projetos, os propósitos, a ambiência, os sujeitos, suas relações, a dinâmica dos processos, o engajamento, a conformação dos grupos sociais, os anseios, conflitos, valores, princípios, práticas políticas, sendo assim “um empreendimento ético e político”. Dessa forma, avaliar implica disputas políticas em torno de questões epistemológicas que se dimensionam a partir das conseqüências de tais embates. E as instituições de ensino superior, nos últimos trinta anos, se tornaram a arena desses embates, tendo em vista seu valor social como formadoras de múltiplas habilidades, conhecimentos e potencialidades para a sociedade.



Conforme Dias Sobrinho (2005), os processos participativos contêm duas dimensões, a subjetiva e a social, pois nesses processos tanto a subjetividade dos participantes se desenvolve a partir do seu grau de autonomia como sujeito, como também a partir de sua relação com a alteridade. Nesse sentido, a avaliação participativa constitui-se num processo formativo e educativo.

Ristoff (1999 *apud* SCHLICKMANN; MELO; ALPERSTEDT, 2008) argumenta que a grande variabilidade dos termos constituintes dos processos avaliativos empreendidos pelas universidades indica a multiplicidade do próprio conceito de avaliação. Ao longo de sua análise, Ristoff constrói seu conceito de avaliação como um processo em que a resistência a este é parte fundante deste mesmo processo, pois a avaliação pode também conceber-se como “versão ideologizada”, transformada em relação “opressor-oprimido”.

Voos (2004 *apud* SCHLICKMANN; MELO; ALPERSTEDT, 2008) caracteriza a avaliação institucional como uma atividade que organiza, sistematiza e orienta o processo de reflexão das ações de uma instituição de ensino, além de alertar para o fato de esse processo constituir-se numa opção deliberadamente política de (re)significação e (re)conceitualização das práticas da instituição. Por sua vez, Firme (1991) concebe a avaliação como um processo em que avaliadores e interessados, juntos e em colaboração, criam consensualmente um valor a respeito de algum tema, estando tal processo sujeito à contínua reconstrução, incluindo refinamento, revisão e, se necessário, substituição (*apud* SCHLICKMANN; MELO; ALPERSTEDT, 2008).

Por se tratar de uma prática social permeada por princípios políticos balizadores dos valores a nortear o processo de avaliação, há que se considerar uma perspectiva que se opõe à avaliação como conhecimento e compreensão do percurso de uma instituição, e cujo princípio se delinea a partir da “análise e julgamentos sistemáticos sobre a degradação ou eficácia de um programa, atividade, mecanismo ou processo” (ARRUDA, 1997, p. 08 *apud* SCHLICKMANN; MELO; ALPERSTEDT, 2008, 158), que se caracteriza claramente por uma concepção semelhante à do mercado ao analisar as coisas sob a ótica de sua eficiência, eficácia e produtividade. Desse ponto de vista, as instituições são concebidas como empresas, suas aulas, pesquisas, números de



graduados e ex-alunos empregados como produtos, e os alunos como clientes. O modelo teórico que concebe a avaliação como um mecanismo de controle e teste tem como base a premissa de que “a sociedade massificada tecnologicamente exige a formação de homens que giram em torno do fazer tecnológico e o currículo escolar passa a ser um instrumento para essa formação” (FERNANDES, 2002 *apud* GALDINO, 2011, p.4).

Segundo Belloni (2000), a avaliação baseada em critérios exclusivos de mensuração concentra-se em identificar a eficiência e eficácia dos meios adotados para atingir os objetivos, caracterizando a eficiência como “a capacidade de fazer o máximo, usando o mínimo de recursos, portanto, um critério basicamente econômico. A eficácia é a capacidade de atingir os objetivos e as metas traçadas e tem, por sua vez, uma forte ênfase em critérios operacionais” (*apud* GALDINO, 2011, p. 4).

Dias Sobrinho (2003) afirma ainda que avaliar uma instituição também reflete o tipo de relações que esta estabelece com a sociedade, de modo que se pode operar uma distinção conceitual entre instituição social e organização. Segundo Freitag (1995 *apud* Dias Sobrinho, 2003), uma instituição tem como finalidade o desenvolvimento dos valores da sociedade, estando comprometida com “os fins coletivamente reconhecidos e os valores que os sustentam” (p. 33). A característica essencial de uma organização é a instrumentalidade, a adequação dos meios aos seus fins particulares. Para Freitag (1995 *apud* Dias Sobrinho, 2003), as organizações prezam tão somente pelos meios, tornando-se auto-referenciais, bastando-se a si mesmas, ao passo que as instituições sociais primam pelas finalidades a que se propõem e que lhe são propostas pelos agentes sociais com os quais elas se relacionam interna e externamente.

Segundo Jodelet (2001 *apud* ANDRIOLA, 2010), o conceito *representação social* envolve concepções de conhecimento e percepção do mundo, partilhadas por grupos sociais em suas interações socioafetivas, políticas e culturais com outros grupos, e constituem fenômenos cognitivos de construção do pertencimento social dos sujeitos pelo reconhecimento internalizado de práticas, normas, condutas, crenças e modelos que os ligam a um grupo.

Spink (2001 *apud* ANDRIOLA, 2010) também argumenta que as representações sociais, por serem fenômenos socialmente elaborados e partilhados, colaboram na



configuração e percepção de uma realidade comum, que viabiliza a comunicação entre os indivíduos. Ainda conforme Spink, a compreensão das representações sociais somente pode ocorrer a partir de seu contexto de produção, pelo entendimento de suas finalidades simbólicas e ideológicas a que foram concebidas e da conformação que assume a comunicação que se institui entre os grupos. E, por fim, Bourdieu (2007) afirma que “as representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade é que contribuem para a realidade das divisões” (p. 119).

2. 3 A UFC no SINAES: alguns questionamentos

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) busca desenvolver a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) a partir de três eixos: a instituição, seus cursos e o desempenho de seus alunos, objetivando analisar as relações estabelecidas entre os membros da comunidade acadêmica e as atividades de ensino, culturais e científicas desenvolvidas nas IES e o retorno que estas proporcionam à sociedade. O sistema prevê a implantação, pelas próprias IES, das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), que são grupos de trabalho nas instituições, cuja finalidade é coordenar e promover os seus processos avaliativos. O SINAES visa a construir mecanismos avaliativos para desenhar um perfil completo da realidade das IES no Brasil e compreende que o papel das instituições é fundamental para um processo avaliativo promotor da melhoria da qualidade da educação superior, da orientação da expansão da sua oferta, do aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, *do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, por meio da valorização de sua missão pública, da efetivação dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional* (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

A UFC se integrou ao SINAES a partir das discussões internas referentes à elaboração de seu projeto de autoavaliação institucional e da constituição de sua CPA. Desse percurso, surgiram inicialmente três documentos que instituem sua política de avaliação da educação superior, seus princípios, metodologias, objetivos e metas (UFC).



O SINAES assevera que a política de avaliação deve integrar a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das IES e da sociedade civil através de representantes eleitos. Assim, a constituição das CPAs deve ocorrer com o envolvimento de todas as categorias da comunidade acadêmica como também da sociedade civil (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006). O projeto de autoavaliação da UFC afirma continuamente que é essencial o engajamento de toda a comunidade acadêmica para tornar a elaboração dos instrumentos mais rica e eficaz, a coleta de dados mais abrangente e condizente com a complexidade institucional e a análise de dados e construção de interpretações sobre as informações mais fidedigna, legítima e produtiva (UFC).

Entretanto, ao analisar os relatórios anuais da autoavaliação da UFC, os relatórios do Exame Nacional do Desempenho de Estudantes (ENADE) - um dos instrumentos avaliativos do SINAES – (INEP), e as atas de reunião da CPA (UFC) percebe-se existir um baixo nível de participação ativa do alunado em todo o processo avaliativo, aliado a mudanças contínuas na forma da coleta dos dados a serem utilizados na elaboração dos relatórios anuais da UFC. As mudanças na forma da coleta de dados, nos últimos tempos, têm priorizado aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos, a ponto de dispensar progressivamente a elaboração conjunta, pelos três segmentos da universidade, dos instrumentos avaliativos e de sua aplicação. A discussão sobre estes tem se resumido à elaboração de questionários digitais e às condições de sua aplicação, isto é, se o seu preenchimento, pelos estudantes, docentes e técnicos, deveria ser obrigatório ou voluntário. Questionamentos sobre o não engajamento ativo e voluntário dos estudantes não têm sido levantados pela CPA e mecanismos de incentivos à participação não têm sido elaborados, de modo que as decisões sobre a avaliação ficam muito restritas a parte do segmento gestor-docente.

Os primeiros dados levantados na elaboração do projeto da pesquisa (pois esta está em processo de reflexão-elaboração de seu arcabouço teórico-metodológico) têm indicado algumas possibilidades de interpretação sobre a participação discente na UFC por uma perspectiva negadora, principalmente na realização do ENADE, em comparação com outras instituições públicas. Embora a participação no ENADE seja obrigatória para



todos os estudantes concludentes, a forma como ela ocorre varia imensamente, de modo que possibilita dimensionar como a IES compreende o papel do estudante na avaliação institucional.

Os indicadores de qualidade do MEC para a UFC demonstram um ritmo de evolução mais lento que o de suas congêneres do Nordeste, como a UFBA e a UFRN. Como tais indicadores são construídos com os dados sociais, econômicos, culturais e acadêmicos que o alunado deposita nos questionários do ENADE, é possível inferir elementos para pensar algumas pistas sobre as representações sociais que os estudantes constroem e possuem referentemente à visão que eles creditam como própria da universidade no tocante à participação deles na avaliação.

3 (IN)CONCLUSÕES

Analisar o processo avaliativo implantado pelo SINAES, tendo como objeto o ENADE, os relatórios de autoavaliação e os indicadores de qualidade, permite pensar criticamente conceitos como avaliação e qualidade em educação e os processos políticos, ideológicos e sociais envolvidos em toda atividade governamental nas políticas públicas em avaliação educacional. Como avaliar em educação faz parte do processo pedagógico e de formação cidadã e profissional, entender como a política de avaliação transcorre numa IES possibilita inferir parcialmente as dinâmicas interacionais entre os seus atores e como ela constrói seus conceitos de educação, cidadania e participação.

REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, Nelson de. Sistema(s) de avaliação da educação brasileira. **Cadernos Cede**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 257-269, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; SOUZA, Laura Alves de. Representações sociais dos gestores e dos técnicos das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca da autoavaliação institucional. **Avaliação**, Campinas, v. 15, n. 02, p. 45-72, jul. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n2/a03v15n2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.



BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. “SINAES” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Cadernos Cede**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 955-977, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a08v13n1.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

_____. Política de avaliação e regulação da educação superior brasileira. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto, **Anais...** Porto: Universidade do Porto, 2008b. Disponível em: <http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/03_03_2011_129/Politica_de_avaliao_e_regulacao_da_educacao.pdf>. Acesso em 25 mar. 2013.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfase. *In*: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior**. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 71-89.

_____. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. **Avaliação**, Campinas, v. 08, n. 01, p. 31-47, mar. 2003. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v08n02/v08n02a04.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. *In*: RISTOFF, Dilvo; ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula (Orgs.). **Avaliação participativa: perspectivas e debates**. Brasília: INEP, 2005.

GALDINO, Mary Neuza Dias. A auto-avaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO, 25.; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompleto01.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

GREGO, Sônia Maria Duarte. A avaliação institucional dos cursos de graduação: a meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão. *In*: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 91-121.



INEP. **ENADE**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 13 abril 2013.

LIMA, Marcos Antônio Martins. A avaliação no contexto histórico brasileiro recente da educação superior. **Avaliação – Revista da rede de avaliação institucional superior**, Sorocaba, v. 10, n. 2, jun. 2005. Disponível em: < <http://educa.fcc.org.br/scielo.php> >. Acesso em: 15 mar. 2013.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAÚJO, Claisy M.; BARREYRO, Glady Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000400002>. Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, jul. 2009, p. 267-290. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a09v14n2.pdf> >. Acesso em: 25 mar. 2013.

SCHLICKMANN, Raphael; MELO, Pedro Antônio de; ALPERSTEDT, Graziela Dias. Enfoques da teoria institucional nos modelos de avaliação institucional brasileiros. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 153-168, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a09v13n1.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. *In*: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Avaliação universitária em questão**: reformas do estado e da educação superior. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 41-66.

UFC. **Avaliação institucional**. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade/avaliacao-institucional>>. Acesso em: 13 abril 2013.